**Projeto de Resolução n.º 1257/XIV/2.º**

**Recomenda ao Governo que diligencie no sentido da menstruação não ser uma forma de discriminação, de desvantagem económica e ambiental**

**Exposição de Motivos**

A pobreza afeta diretamente, em todo o mundo, milhões de mulheres, raparigas e pessoas trans, que são obrigadas a viver com dificuldade no acesso a produtos de higiene, para além do preconceito ou a falta de acesso a água e saneamento, que assegurem a sua higiene.

Os elevados custos com a aquisição destes produtos, dificultam o acesso aos mesmos. Os gastos mensais com os produtos de higiene menstrual, são, em média, de nove euros e meio por mês para adquirir produtos de higiene, o que significa, aproximadamente, cinco mil euros ao longo da vida.

Por sua vez, a escassez destes produtos, aliada à debilidade das opções a que estas pessoas se vêem forçadas a recorrer, tem também impacto na saúde, qualidade de vida e oportunidades de acesso à educação e até ao emprego, a par dos problemas sociais e culturais muitas das vezes associados.

A esta problemática conhecida como “pobreza menstrual”, acrescem os fatores biológicos, como as dores menstruais, muitas vezes incapacitantes, sendo que quem as sofre de forma persistente aprendeu a normalizá-las, não procurando ajuda médica. Quando a menstruação provoca este tipo de dores debilitantes, há condicionantes na sua assiduidade à escola e ao trabalho, muitas vezes com sentimento de culpa por faltarem, limitando a sua ação e contributo para a economia e desenvolvimento dos seus papéis sociais. A menstruação precisa de ser encarada como algo natural e sobre a qual se fale sem tabus.

Com uma maior literacia fisiológica, social, financeira e ambiental, surge a necessidade de ter em conta o impacto da aquisição de produtos menstruais, seja ao nível da saúde, seja ao nível financeiro. Ao mesmo tempo, e como forma de mitigar a dificuldade de acesso a estes produtos, bem como a pegada ecológica dos mesmos, importa garantir o acesso de todas as pessoas a estes bens, nomeadamente dos reutilizáveis.

De acordo com os estudo existentes, cada pessoa que menstrua usa, durante a vida, cerca de 15 mil descartáveis menstruais[[1]](#footnote-1).Os absorventes menstruais mais comuns no mercado são uma fonte prolífica de plástico. Os tampões são embalados em plástico, envoltos em aplicadores de plástico, com fios também de plástico e muitos incluem até uma camada fina de plástico na parte absorvente. Os pensos higiénicos têm geralmente ainda mais plástico, desde as bases à prova de fugas aos elementos sintéticos que garantem a absorção.

Muitas vezes esses produtos são descartados incorretamente e, ao sê-lo, os microplásticos neles presentes vão parar aos meios hídricos através dos sistemas de saneamento, uma vez que estes não conseguem filtrar estas micro ou nano partículas. Está cientificamente demonstrado em diversos estudos que os microplásticos contêm disruptores endócrinos químicos, considerados pela Organização Mundial de Saúde como causadores de problemas de fertilidade, de aumento da incidência de cancro mamário, de desenvolvimento cognitivo tardio em crianças e jovens, entre outros problemas.

Neste cenário, estima-se que a União Europeia seja responsável pela produção de 25 milhões de toneladas de resíduos de plástico, sendo que menos de 30% são reciclados, pelo que se calcula que 150 a 500 mil toneladas vão parar aos oceanos. Procurando fazer face a este problema ambiental, o Parlamento Europeu aprovou em 2018 a Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular. Nesta estratégia, um dos objetivos é “restringir a utilização de microplásticos nos produtos”. Para Ann Borowski, que investigou os impactos ecológicos destes produtos de higiene[[2]](#footnote-2), os números são avassaladores e levou a que deixasse o seguinte apelo: “

*“Eu não quero contribuir com 40 anos de lixo para um aterro sanitário, apenas para gerir algo que nem deveria ser encarado como um problema. Creio que já devíamos ter algum tipo de controlo sobre esta situação. Não quero deixar este fardo no planeta.”*[[3]](#footnote-3)

Recentemente, o projeto #TodasMerecemos[[4]](#footnote-4), que integra a Associação e Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), Corações Com Coroa (CCC)[[5]](#footnote-5), com o objetivo de defender e promover a vivência baseada em direitos e a sustentabilidade da vida menstrual, incluindo o direito à saúde, à educação, à igualdade no trabalho e à participação nos esforços de desenvolvimento sustentável, desenvolveu uma campanha solidária que visa apoiar pessoas em situações de vulnerabilidade. A campanha procura promover um maior acesso a produtos de higiene menstrual mais saudáveis, duradouros e ecológicos, desenvolvendo também iniciativas específicas de informação e educação por agentes culturais e docentes, transversais a todos os públicos. Foram necessários apenas oito dias após o lançamento da “*Carta Aberta por Quem Menstrua*”[[6]](#footnote-6) no passado dia 25 de abril, para ser atingida o marco de cerca 6.000 Subscritoras(es)[[7]](#footnote-7), o que denota um forte envolvimento por parte da sociedade civil nesta causa.

Não obstante, em matéria de políticas públicas, é notória a necessidade de medidas legislativas que proíbam a inclusão de materiais tóxicos e poluentes na composição de descartáveis menstruais. É urgente facilitar o acesso a produtos mais ecológicos e sustentáveis, contribuindo, assim, não só para a concretização de objetivos comunicados pela atual presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, como para a poluição zero, para o combate à ação climática e a promoção da economia circular. Seria igualmente uma forma de ir ao encontro do disposto na Agenda 2030 das Nações Unidas, com destaque para os objetivos 1, 3, 5 e 10, referentes à erradicação da pobreza, à saúde de qualidade, à igualdade de género e à redução das desigualdades, respetivamente.

Por fim, não podemos deixar de referir, que, desde 2015 que o PAN defende esta mudança, mediante a proposta de distribuição gratuita de copos menstruais em consultas de planeamento familiar nos centros de saúde. Uma medida que constava do Programa Eleitoral às Eleições Legislativas 2015[[8]](#footnote-8), que teve continuidade em 2019[[9]](#footnote-9). Inclusivamente, por proposta do PAN no Orçamento de Estado de 2016[[10]](#footnote-10), foi aprovada a redução do IVA de 23% para 6% dos copos menstruais[[11]](#footnote-11).

**Nestes termos, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, as Deputadas e o Deputado do PAN abaixo assinados, propõem que a Assembleia da República recomende ao Governo que:**

1. Crie um programa que disponibilize gratuitamente, através do Serviço Nacional de Saúde, e mediante solicitação do utente, o acesso gratuito a produtos menstruais reutilizáveis;
2. Articule com os contextos educativos a realização de campanhas de sensibilização e informação sobre a menstruação nestes contextos, assim como garanta uma abordagem integrada nos currículos escolares, garantindo uma maior compreensão da amplitude do assunto;
3. Desenvolva campanhas de sensibilização e informação, coordenadas com os gabinetes de medicina do trabalho, sobre os constrangimentos e a dimensão da dor física relacionada com a menstruação, destinada aos órgãos dirigentes e recursos humanos das instituições, com vista a garantir a não discriminação laboral.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 06 de Maio de 2021

As Deputadas e o Deputado,

André Silva

Bebiana Cunha

Inês de Sousa Real

1. <https://www.natgeo.pt/meio-ambiente/2019/09/tampoes-pensos-higienicos-e-sustentabilidade> [↑](#footnote-ref-1)
2. <https://scholarworks.rit.edu/theses/544/> [↑](#footnote-ref-2)
3. <https://www.natgeo.pt/meio-ambiente/2019/09/tampoes-pensos-higienicos-e-sustentabilidade> [↑](#footnote-ref-3)
4. <https://www.instagram.com/todasmerecemos/> [↑](#footnote-ref-4)
5. <https://www.coracoescomcoroa.org/> [↑](#footnote-ref-5)
6. <https://drive.google.com/file/d/1VoyDL2yNIWqmGdqv-4Y7gxjUkeRERWuR/view> [↑](#footnote-ref-6)
7. <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1KmZNrPM575UVrb0W5PPp5OR5etGWwWf7_hfeyAZM_F0/> [↑](#footnote-ref-7)
8. [https://drive.google.com/file/d/1mDWRi4gx1rgkfC1Dmm3zFgzBossruXEp/](https://drive.google.com/file/d/1mDWRi4gx1rgkfC1Dmm3zFgzBossruXEp/view?usp=sharing) [↑](#footnote-ref-8)
9. <https://pan.com.pt/files/uploads/2019/09/ProgramaPAN_Impressao_Legislastivas2019.pdf> [↑](#footnote-ref-9)
10. <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/73958532/details> [↑](#footnote-ref-10)
11. <https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/DetalhePropostaAlteracao.aspx?BID=9334> [↑](#footnote-ref-11)